

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - 1º Semestre de 2015

1. Sobre a POUPEX

Associação de Poupança e Empréstimo caracterizada como instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional por meio de agências próprias, unidades de atendimento da FHE e do Banco do Brasil S.A. Opera com recursos captados em caderneta de poupança e tem por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados. Possui, como produtos, a Caderneta de Poupança POUPEX e o Financiamento Imobiliário POUPEX, em suas diversas modalidades.

Além do atendimento presencial, a POUPEX oferece o atendimento telefônico por meio de sua Central de Relacionamento, com suporte, inclusive, para pessoas com deficiência auditiva. Conta, também, em cumprimento às exigências legais, com uma Ouvidoria, que tem sua atuação pautada pelo compromisso permanente de respeitar e de evidenciar a importância do cliente.

Em relação aos seus recursos humanos, ao final do 1º semestre de 2015, a Associação contava com 1273 empregados, 79 estagiários e 48 jovens aprendizes (adolescentes selecionados de associações integrantes da parcela mais carente da sociedade).

Com o objetivo de promover uma saudável renovação da força de trabalho, encontra-se em fase de finalização o Plano de Demissão Voluntária, que beneficiou, até o final de junho de 2015, 33 empregados. Para o atendimento das demandas emanadas pelos órgãos reguladores e como forma de atualizar os conhecimentos voltados para os seus negócios, foram ministrados treinamentos visando à melhoria da análise das operações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, além da certificação profissional em crédito imobiliário - CA 600 - fornecido pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

2. Panorama Econômico

A economia global apresentou recuperação gradual, com destaque para os EUA, mas terminou o semestre com o prenúncio de uma grave crise financeira na Grécia. A China, um dos principais parceiros comerciais do Brasil, enfrenta uma desaceleração moderada. Sendo assim, a situação mundial continua a refletir negativamente sobre o estado geral da nossa economia.

No ambiente doméstico, a POUPEX foi influenciada pela situação econômica do País e pelas condições dos mercados de poupança e do financiamento imobiliário. A taxa SELIC em alta reduziu a atratividade do rendimento da poupança frente às demais opções de aplicação. No mês de maio de 2015, os rendimentos reais da caderneta apresentaram seu pior resultado desde outubro de 2003, evidenciado pela captação negativa por seis meses consecutivos.

O mercado imobiliário enfrentou dificuldades em razão da estagnação nas vendas e nos lançamentos de empreendimentos. Entretanto, na POUPEX, a manutenção das condições de financiamento, tais como, taxas de juros e percentual de concessão em relação ao valor do imóvel, permitiu um crescimento dos negócios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo circulante		3.489.640	3.845.252
Disponibilidades	3.b e 4	19	154
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	1.560.450	1.773.566
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.560.450	1.773.566
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	744.971	348.017
Carteira própria		744.971	348.017
Relações interfinanceiras	3.e e 7	862.060	1.402.610
Créditos vinculados:		862.060	816.652
Depósitos no Banco Central		862.060	816.652
Repasse interfinanceiros		-	585.958
Operações de crédito	3.f e 8	275.311	271.161
Operações de crédito		280.104	278.461
Setor privado		280.104	278.461
(Provisão para operações de crédito)	3.f e 8.e	(4.793)	(7.300)
Outros créditos	9	46.582	49.143
Rendas a receber		46	66
Diversos		46.536	49.077
Outros valores e bens	3.g e 10	247	601
Outros valores e bens		408	437
(Provisões para desvalorizações)		(257)	(279)
Despesas antecipadas		96	443
Ativo não circulante		2.155.070	1.416.614
Ativo realizável a longo prazo		2.111.278	1.381.848
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	365.004	456.015
Carteira própria		365.004	456.015
Relações interfinanceiras	3.e e 7	880.830	207.981
Créditos vinculados:		227.792	207.981
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		227.792	207.981
Repasse interfinanceiros		653.038	-
Operações de crédito	3.f e 8	860.133	710.399
Operações de crédito		925.989	770.603
Setor privado		925.989	770.603
(Provisão para operações de crédito)	3.f e 8.e	(65.856)	(60.204)
Outros créditos	9	4.323	6.654
Diversos		4.323	6.654
Outros valores e bens	3.g e 10	988	799
Outros valores e bens		988	736
Despesas antecipadas		-	63
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	23.280	14.543
Imóveis de uso		6.322	6.322
Outras imobilizações de uso		33.982	22.832
(Depreciações acumuladas)		(17.024)	(14.611)
Intangível	3.j e 13	12.702	12.413
Ativos intangíveis		14.143	15.992
(Amortização acumulada)		(1.441)	(3.579)
		5.644.710	5.261.866
	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Passivo circulante		625.344	604.006
Depósitos	14	505.143	494.844
Depósitos a prazo		505.143	494.844
Outras obrigações	15	120.201	109.162
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		24	-
Fiscais e previdenciárias	15.a	42.322	43.457
Diversas	15.b	77.855	65.705
Patrimônio líquido		5.019.366	4.657.860
Recursos de associados poupadores	16	4.304.095	4.062.504
Reservas de resultados	16	653.383	553.161
Ajustes de avaliação patrimonial	16	(1.036)	(1.010)
Resultados acumulados	16	62.924	43.205
		5.644.710	5.261.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2015 E 30/06/2014 - (Em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
Receitas da intermediação financeira		322.117	263.054
Operações de crédito	7.f e 8.c	108.376	94.323
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	172.292	133.763
Resultado das aplicações compulsórias	7.f	41.449	34.968
		(187.211)	(157.589)
Despesas da intermediação financeira	14 e 16.a	(183.773)	(157.629)
Operações de captação no mercado		(3.438)	40
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(3.438)	40
Resultado bruto da intermediação financeira		134.906	105.465
Outras receitas/despesas operacionais		(73.579)	(64.051)
Rendas de tarifas bancárias		1.810	1.648
Despesas de pessoal	17.b	(45.087)	(32.777)
Outras despesas administrativas	17.c	(18.765)	(15.644)
Despesas tributárias	17.d	(12.360)	(9.432)
Outras receitas operacionais	17.a	11.584	2.687
Outras despesas operacionais	17.e	(10.761)	(10.533)
Resultado operacional		61.327	41.414
Resultado não operacional	17.f	526	1.791
Resultado líquido		61.853	43.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2015 E 30/06/2014 - (Em milhares de Reais)

	Recursos dos associados	Reserva de resultados (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.994.213	553.161	(1.015)	-	4.546.359
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	5	-	5
Juros	116.283	-	-	-	116.283
Atualização	13.516	-	-	-	13.516
Captação líquida do semestre	(61.508)	-	-	-	(61.508)
Resultado líquido do semestre	-	-	-	43.205	43.205
Saldo em 30 de junho de 2014	4.062.504	553.161	(1.010)	43.205	4.657.860
Mutações do semestre	68.291	-	5	43.205	111.501
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.465.636	653.383	(970)	-	5.118.049
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	1.071	1.071
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(66)	-	(66)
Juros	123.736	-	-	-	123.736
Atualização	28.523	-	-	-	28.523
Captação líquida do semestre	(313.800)	-	-	-	(313.800)
Resultado líquido do semestre	-	-	-	61.853	61.853
Saldo em 30 de junho de 2015	4.304.095	653.383	(1.036)	62.924	5.019.366
Mutações do semestre	(161.541)	-	(66)	62.924	(98.683)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Desempenho da POUPEX

A Associação apresentou resultado de R\$ 61.853 mil no 1º semestre de 2015. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 18,91%. As receitas atingiram R\$ 339.042 mil e as despesas ficaram em R\$ 277.189 mil.

Em 30 de junho de 2015, computava patrimônio líquido de R\$ 5.019.366 mil, com aumento de 7,76 % em relação à igual posição de 2014. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 7,27 %, atingindo R\$ 5.644.710 mil. Manteve sua participação de 9,0905% no capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC).

O produto Caderneta de Poupança POUPEX fechou o primeiro semestre de 2015 com captação negativa de R\$ 313.800 mil. Os recursos dos associados poupadores somavam R\$ 4.304.095 mil em 30 de junho de 2015, evidenciando incremento de 5,95 % em relação ao registrado no mesmo período de 2014 (R\$ 4.062.504 mil). No último dia do mês de junho havia 1.596.406 de associados à poupança POUPEX, quantidade 5,5 % menor se comparada ao mesmo período de 2014 (1.688.767).

Quanto ao produto Financiamento Imobiliário, de janeiro a junho foram concedidos 2.174 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário, alcançando o montante de R\$ 144.832 mil. Desse total: R\$ 93.616 mil corresponderam a contratações na linha de material de construção e R\$ 51.216 mil corresponderam a contratações na linha de aquisição ou construção individual de imóveis.

Coerentemente com a sua missão de "Promover melhor qualidade de vida aos seus clientes, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços", a POUPEX manteve, neste primeiro semestre, suas taxas de juros e prazos dos financiamentos para imóveis residenciais nos mesmos moldes que praticava no ano anterior.

4. Destaques nas atividades da POUPEX

No primeiro semestre de 2015, a Associação deu continuidade aos seguintes projetos:

- atualização de sistemas e infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI);
- realização do Diagnóstico da Situação Arquivística da POUPEX, referente ao Projeto de Gestão Documental;
- continuidade da Gestão por Processos;
- revitalização de Pontos de Atendimento;
- entrada em vigor do novo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS);
- certificação da força de trabalho que atua no crédito imobiliário: certificação profissional em crédito imobiliário - CA 600 - fornecido pela ABECIP/FGV;
- atualização do Cadastro Geral dos empregados dentro do programa de Prevenção e Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo.

Projetos iniciados no Período:

- implantação do projeto piloto de Gestão por Competências;
- implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

Os resultados, os projetos, a valorização contínua de seus recursos humanos e as ações de caráter socioambiental, mais uma vez, demonstram a aplicação de uma governança corporativa efetiva e adequada aos propósitos e à missão da Instituição.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2015 E 30/06/2014 - (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Resultado líquido	61.853	43.205
Ajustes ao resultado líquido	7.509	602
Provisão para operações de crédito	3.438	(40)
Provisão para perdas	1.397	1.019
Provisão para perdas - FCVS	146	265
Depreciações/Amortizações	3.661	2.448
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(1.152)	(3.134)
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	19	44
Variações patrimoniais	(140.468)	(54.410)
Aumento em ativos operacionais	(154.465)	(61.675)
Redução/Aumento de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	17.825	(13.960)
Aumento de repasses interfinanceiros	(27.994)	(48.697)
Alienação de bens não de uso próprio	167	855
Aquisição de bens não de uso próprio	(659)	(415)
Baixa de provisão para Perdas - FCVS	(339)	(1.687)
Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	(15)	(52)
Redução aplicações interfinanceiras de liquidez	-	10.671
Redução de FGTS a ressarcir	101	-
Aumento de FCVS	(9.661)	(12.236)
Aumento/Redução de operações de crédito	(145.320)	15.158
Redução/Aumento de outros créditos	10.331	(11.505)
Redução de outros valores e bens	94	188
Ajustes de avaliação patrimonial	(66)	5
Ajustes de períodos anteriores	1.071	-
Aumento em passivos operacionais	13.997	7.265
Aumento em outras obrigações	13.997	7.265
Caixa aplicado nas operações	(71.106)	(10.603)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Aumento de títulos e valores mobiliários	(289.931)	(96.871)
Alienação de imobilizado de uso	300	-
Aquisição de imobilizado de uso	(7.578)	(2.590)
Aquisição de ativos intangíveis	(3.290)	(4.145)
Aquisição de obras em andamento	(1.990)	-
Redução de juros/dividendos recebidos	104	131
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(302.385)	(103.475)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Redução/Aumento de recursos de associados poupadores	(161.541)	68.291
Redução de depósitos	(89.206)	(126.177)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(250.747)	(57.886)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(624.238)	(171.964)
Modificação na posição financeira		
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.190.111	2.063.701
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.565.873	1.891.737
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(624.238)	(171.964)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2015 E 30/06/2014 - (Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2015	%	1º Semestre 2014	%
1 - Receitas	331.548		268.284	
1.1 - Intermediação financeira	322.117		263.054	
1.2 - Prestação de serviços	1.810		1.648	
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(3.438)		40	
1.4 - Outras	11.059		3.542	
2 - Despesas de intermediação financeira	183.773		157.629	
3 - Insumos adquiridos de terceiros	25.778		23.465	
3.1 - Materiais, energia e outros	11.076		10.364	
3.2 - Serviços de terceiros	2.491		1.383	
3.3 - Outras	12.211		11.718	
3.3.1 - Outras despesas administrativas	1.433		1.138	
3.3.2 - Outras despesas operacionais	10.761		10.533	
3.3.3 - Despesas não operacionais	17		47	
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	121.997		87.190	
5 - Depreciação, amortização e exaustão	3.661		2.448	
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	118.336		84.742	
7 - Valor adicionado recebido em transferência	308			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2015
Em milhares de Reais
1 A instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.

A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade fim, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.

2 Apresentação das demonstrações contábeis
a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A demonstração do valor adicionado (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião de 17 de agosto de 2015.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo, trimestralmente.

3 Principais práticas contábeis
a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério “*pro rata die*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068/01. A Entidade não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda” – até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

a. Fundos de investimentos

A carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e Sistema Nacional de Debêntures (SND), respectivamente. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor da cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

b. Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela “curva de cupom de TR” divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados “*pro rata temporis*”, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7). Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

l. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 15).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério “*pro rata temporis*”, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa
a. Composição geral

	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades	19	154
Caixa	17	9
Depósitos bancários	2	145
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários	1.565.854	1.891.583
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.565.873	1.891.737

b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)

Título	Emissor	30/06/2015	30/06/2014
CDI	Banco do Brasil S.A	1.560.450	1.746.388
CDI-PÓS	Banco Daycoval S.A.	0	12.114
CDI-PÓS	Banco Pine S.A.	0	6.029
CDI-PÓS	Paraná Banco S.A.	0	9.035
Fundo	BB Pólo VII	0	116.661
Fundo	BB CP AUTOMÁTICO	142	254
Fundo	BB CP 600 mil	1.790	1.095
Fundo	BB CP 200	0	7
Fundo	BB CP CORPORATIVO RF - CP 10 MILHÕES	3.472	50
Total		1.565.854	1.891.583

A remuneração média anualizada do 1º semestre de 2015 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 12,18% a.a. para as aplicações no Banco do Brasil indexadas a Taxa Média SELIC (TMS); 15,40% a.a. para os Fundos de Investimento administrados pelo BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTMV).

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.560.450	1.773.566
Não ligadas	1.560.450	1.773.566
Total	1.560.450	1.773.566

Ativo circulante

	30/06/2015	30/06/2014
	1.560.450	1.773.566

	0-30	Total	%
Vencimento em dias			
CDI-OVER	1.560.450	1.560.450	100
Total	1.560.450	1.560.450	100

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2015	2014
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	113.844	95.438
Total	113.844	95.438

6 Títulos e Valores Mobiliários –TVM

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os títulos e valores mobiliários estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários –TVM

	30/06/2015				30/06/2014					
	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado			
Vencimento em dias	0-30	31-180	181-360							
1-Títulos disponíveis para venda	119.902	-	-	6.008	125.910	124.874	(1.036)	124.539	123.529	(1.010)
Títulos públicos	-	-	-	6.008	6.008	4.972	(1.036)	6.459	5.449	(1.010)
CVS	-	-	-	6.008	6.008	4.972	(1.036)	6.459	5.449	(1.010)
Títulos privados	119.902	-	-	-	119.902	119.902	-	118.080	118.080	-
Cotas de Fundos	119.902	-	-	-	119.902	119.902	-	118.080	118.080	-
2-Títulos Mantidos até o vencimento	37.044	468.514	119.511	360.032	985.101	985.969	868	680.503	681.504	1.001
Títulos públicos	-	-	-	118.741	118.741	118.345	(396)	116.998	117.000	2
NTN - B	-	-	-	118.741	118.741	118.345	(396)	-	-	-
LTN	-	-	-	-	-	-	-	116.998	117.000	2
Títulos privados	37.044	468.514	119.511	241.291	866.360	867.624	1.264	668.805	669.804	999
CRI	-	-	-	1.306	1.306	1.362	56	1.790	1.984	194
LF	37.044	468.514	114.303	163.490	783.351	784.209	858	653.869	654.669	800
LFS	-	-	-	76.495	76.495	76.844	349	-	-	-
DPGE	-	-	5.208	-	5.208	5.209	1	13.146	13.151	5
Total	156.946	468.514	119.511	366.040	1.111.011	1.110.843	(168)	805.042	805.033	(9)

	30/06/2015				30/06/2014			
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vence após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Vencimento em anos								
Por categoria	744.971	360.032	6.008	1.111.011	1.110.843	805.042	805.033	
1 - Títulos disponíveis para venda	119.902	-	6.008	125.910	124.874	124.539	123.529	
2 - Títulos mantidos até o vencimento	625.069	360.032	-	985.101	985.969	680.503	681.504	

	30/06/2015				30/06/2014			
	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
Vencimento em dias	0-30	31-180	181-360					
Por carteira	156.946	468.514	119.511	366.040	1.111.011	1.110.843	(168)	
Carteira própria	156.946	468.514	119.511	366.040	1.111.011	1.110.843	(168)	

	30/06/2015				30/06/2014			
	Valor contábil				Valor contábil			
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total	
Por carteira	744.971	365.004	1.109.975	348.017	456.015	804.032	804.032	
Carteira própria	744.971	365.004	1.109.975	348.017	456.015	804.032	804.032	

b. Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2015	30/06/2014
Por categoria		
Títulos disponíveis para venda	124.874	11%
Títulos mantidos até o vencimento	985.101	89%
Valor contábil da carteira	1.109.975	100%
Marcação a mercado mantidos até o vencimento	868	1.001
Valor de mercado da carteira	1.110.843	805.033

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes (para as demais aplicações, vide Nota Explicativa nº 3 d.):

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa 3.d.

Operações pré-fixadas

O valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data-base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros pré-fixados verificada no mercado.

Operações pós-fixadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2015
Em milhares de Reais
c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 36.875 (R\$ 34.775, em 30 de junho de 2014) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa 3.e).

Situação da carteira	30/06/2015	30/06/2014
A habilitar (i)	36.135	35.858
Habilitados e não homologados (ii)	518	86
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	31.183	28.902
Habilitados e homologados (iv)	174.597	162.785
Negativa de cobertura (v)	24.826	23.321
Outros	685	650
Total	267.944	251.602

(i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 12.013 a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos, estão sendo imputados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDAHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS.

e) Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	1º semestre	
	2015	2014
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	32.824	27.141
Juros de encaixe obrigatório	32.824	27.141
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.396)	(1.019)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (i)	10.021	8.846
Repasse interfinanceiro (ii)	36.714	27.455
Total	78.163	62.423

(i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.

(ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados. De acordo com o documento nº 8 – Demonstração do Resultado – COSIF.

8 Operações de crédito
a. Composição da carteira de crédito por modalidade

	30/06/2015		30/06/2014	
	1.206.093	1.049.064	9.054	6.065
Operações de crédito				
Empréstimos				
Empréstimo com garantia hipotecária	9.054	6.065		
Financiamentos Imobiliários	1.197.039	1.042.999		
Financiamentos - Habitação	1.085.592	900.413		
Financiamentos – Construção	111.447	142.586		
Total da carteira de crédito	1.206.093	1.049.064		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(70.649)	(67.504)		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(70.649)	(67.504)		
Total da carteira de crédito líquido de provisões	1.135.444	981.560		
Total circulante	275.311	271.161		
Total não circulante	860.133	710.399		

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por crédito em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas:

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso normal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015 Total
Vincendas										
Até 030	5.223	8.893	589	12	3	186	3	1	14	14.924
Até 060	4.961	14.441	575	10	3	329	3	1	10	20.333
Até 090	4.916	8.405	566	10	3	383	3	1	10	14.297
Até 180	14.479	24.183	1.664	29	9	563	10	2	30	40.969
Até 360	27.793	69.745	3.177	48	18	1.002	19	4	56	101.862
Superior 360	392.949	369.054	32.807	602	169	117.320	633	26	592	914.152
Vencidas										
Até 014	-	334	30	4	-	2	6	-	-	376
Subtotal	450.321	495.055	39.408	715	205	119.785	677	35	712	1.106.913

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso anormal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015 Total
Vincendas										
Até 030	-	102	143	169	76	1.085	23	28	68	1.694
Até 060	-	101	129	149	56	68	21	26	57	607
Até 090	-	101	128	148	55	67	20	26	57	602
Até 180	-	302	379	437	162	212	61	77	165	1.795
Até 360	-	595	725	843	318	380	114	146	309	3.430
Superior 360	-	13.496	15.291	17.900	7.151	22.460	2.621	2.915	5.576	87.410
Vencidas										
Até 014	-	-	90	131	25	24	11	12	19	312
Até 030	-	213	100	69	26	35	3	5	10	461
Até 060	-	-	198	214	70	616	15	23	37	1.173
Até 090	-	-	-	221	69	50	15	19	34	408
Até 180	-	-	-	100	171	161	49	61	101	643
Até 360	-	-	-	-	-	74	55	71	361	561
Superior 360	-	-	-	-	-	-	-	-	84	84
Subtotal	-	14.910	17.183	20.381	8.179	25.232	3.008	3.409	6.878	99.180
Total	450.321	509.965	56.591	21.096	8.384	145.017	3.685	3.444	7.590	1.206.093

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso normal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014 Total
Vincendas										
Até 030	2.508	12.362	102	11	1	439	-	1	9	15.433
Até 060	2.073	8.437	79	40	2	370	-	1	8	11.010
Até 090	2.181	8.226	78	10	1	565	1	1	8	11.071
Até 180	6.347	24.801	247	26	2	1.134	1	2	23	32.583
Até 360	11.611	112.658	430	44	3	2.846	3	3	42	127.640
Superior 360	267.766	366.651	11.650	458	6	110.217	33	159	282	757.222
Vencidas										
Até 014	-	835	31	2	-	4	1	2	1	876
Subtotal	292.486	533.970	12.617	591	15	115.575	39	169	373	955.835

	Carteira imobiliária - Operações por curso									
	Operações em curso anormal (*)									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014 Total
Vincendas										
Até 030	-	105	152	146	81	65	21	26	62	658
Até 060	-	105	125	118	74	59	19	24	55	579
Até 090	-	105	124	116	73	58	18	23	54	571
Até 180	-	314	409	344	212	171	54	68	154	1.726
Até 360	-	622	701	666	402	323	103	129	319	3.265
Superior 360	-	14.411	13.543	13.469	7.853	23.136	1.973	3.386	2.944	80.715
Vencidas										
Até 014	-	-	81	88	39	17	8	6	13	252
Até 030	-	230	86	59	43	21	9	6	10	464
Até 060	-	-	195	166	84	424	17	14	26	926
Até 090	-	-	-	173	98	34	18	14	28	365
Até 180	-	-	-	77	217	218	956	50	89	1.607
Até 360	-	-	-	-	-	107	60	69	1.798	2.034
Superior 360	-	-	-	-	-	-	-	-	67	67
Subtotal	-	15.892	15.416	15.422	9.176	24.633	3.256	3.815	5.619	93.229
Total	292.486	549.862	28.033	16.013	9.191	140.208	3.295	3.984	5.992	1.049.064

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

c. Receitas de operações de crédito (registradas no grupo operações de crédito na demonstração de resultados)

	1º semestre	
	2015	2014
Receitas de operações de crédito	71.662	66.868
Empréstimos e títulos descontados	508	237
Financiamentos	70.002	63.497
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.152	3.134
Total	71.662	66.868

d. Composição da carteira por atividade econômica

	30/06/2015		30/06/2014	
	1.206.093	1.049.064	1.206.093	1.049.064
Setor privado				
Indústria	1.726	1.913		
Habitação	1.204.367	1.047.151		
Total	1.206.093	1.049.064		

e. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco:

Nível de risco	% Provisão	30/06/2015		30/06/2014	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA		450.321	-	292.486	-
A	0,5	509.965	2.549	549.862	2.749
B	1	56.591	566	28.033	280
C	3	21.096	633	16.013	480
D	10	8.384	838	9.191	919
E (*)	30	145.017	54.219	140.208	52.648
F	50	3.685	1.843	3.295	1.647
G	70	3.444	2.411	3.984	2.789
H	100	7.590	7.590	5.992	5.992
Total		1.206.093	70.649	1.049.064	67.504

(*) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos "desequilibrados" que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E" tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E" desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682/1999.

f. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo.

	1º semestre	
	2015	2014
Saldo no início do semestre	67.433	68.212
Transferências para prejuízo	(13.512)	(23.484)
Reclassificação do prejuízo para Nível H	13.290	22.816
Provisão constituída líquida de reversões	3.438	(40)
Saldo no final do semestre	70.649	67.504

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2015
Em milhares de Reais
12 Imobilizado de uso

Composição			1º semestre		
	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação	2015 líquido	2014 líquido
Imobilizado					
Imobilizações em curso	-	1.990	-	1.990	-
Edificações	4	6.322	(1.030)	5.292	5.544
Móveis e equipamentos em uso	10	5.124	(2.128)	2.996	2.673
Sistema de comunicação	20	781	(292)	489	251
Sistema de processamento de dados	20	25.197	(13.519)	11.678	5.642
Sistema de transportes	20	890	(55)	835	433
Total		40.304	(17.024)	23.280	14.543

1º semestre 2015					
	Saldo inicial 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final 30/06/2015
Imobilizações em curso	-	1.990	-	-	1.990
Edificações	5.418	-	-	(126)	5.292
Móveis e equipamentos em uso	2.849	371	(8)	(216)	2.996
Sistema de comunicação	344	218	(11)	(63)	488
Sistema de processamento	7.224	6.183	-	(1.729)	11.678
Sistema de transporte	408	806	(300)	(78)	836
Total	16.243	9.568	(319)	(2.212)	23.280

1º semestre 2014					
	Saldo inicial 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final 30/06/2014
Móveis e equipamentos em estoque	5	-	(5)	-	-
Edificações	5.671	-	-	(127)	5.544
Móveis e equipamentos em uso	2.315	573	(36)	(179)	2.673
Sistema de comunicação	282	5	-	(36)	251
Sistema de processamento	4.603	2.012	(3)	(970)	5.642
Sistema de transporte	501	-	-	(68)	433
Total	13.377	2.590	(44)	(1.380)	14.543

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 6,12% (5,83%, em 30 de junho de 2014), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

Não houve indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

13 Intangível

Refere-se a aquisição de licenças de uso de softwares e de sistemas. A amortização é efetuada no prazo de 36 a 60 meses.

1º semestre 2015					
	Saldo inicial 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final 30/06/2015
Licenças de uso Softwares e Sistemas	10.861	3.290	0	(1.449)	12.702
Total	10.861	3.290	0	(1.449)	12.702

1º semestre 2014					
	Saldo inicial 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final 30/06/2014
Licenças de uso Softwares e Sistemas	9.336	4.145	0	(1.068)	12.413
Total	9.336	4.145	0	(1.068)	12.413

14 Depósitos a prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 505.143, em 30 de junho de 2015 (R\$ 494.844, em 30 de junho de 2014) compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada à taxa CDI) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855/1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

1º semestre		
	2015	2014
Despesas de captação	28.244	24.800
Depósitos especiais	28.244	24.800
Total	28.244	24.800

Despesas de captações com depósitos especiais: (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados).

15 Outras obrigações**a. Fiscais e previdenciárias**

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e contribuições a recolher	10.218	6.684
Provisão para riscos fiscais	32.104	36.773
Total	42.322	43.457

Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 30 de junho de 2015, o montante de R\$32.104(R\$ 36.773, em 30 de junho de 2014).

APOUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 83.188 e ao PIS o de R\$ 6.810. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

b. Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (b.1)	10.551	10.690
Obrigações por contribuições ao SFH (b.2)	1.400	1.104
Provisão para pagamentos a efetuar (b.3)	39.906	36.162
Provisão para passivos contingentes (b.4)	6.382	6.098
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	350	400
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	549	544
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	11.486	5.473
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	1.678	1.931
Valores sob análise - SICOM	1.665	1.230
Valores a repassar a construtoras	0	985
Outros credores	3.888	1.088
Total	77.855	65.705

b.1. Obrigações com vendedores de imóveis/financiados

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	30/06/2015	30/06/2014
Passivos trabalhistas	557	379
Poupança	3.666	3.780
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	2.095	1.740
Cobertura de sinistro - Material de construção	0	100
Outros	64	99
Total	6.382	6.098

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Movimentação no semestre				
	Saldo em 31/12/2014	Entradas	Saídas	Saldo em 30/06/2015
Contingências				
Trabalhistas	365	214	(22)	557
Cíveis	5.349	594	(118)	5.825
Total	5.714	808	(140)	6.382

Movimentação no semestre				
	Saldo em 31/12/2013	Entradas	Saídas	Saldo em 30/06/2014
Contingências				
Trabalhistas	318	61	-	379
Cíveis	3.748	2.441	(470)	5.719
Total	4.066	2.502	(470)	6.098

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis**a. Provisão para riscos cíveis**

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

b. Provisão para riscos trabalhistas

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

iii. Passivos contingentes – Risco possível

	Quantidade	30/06/2015	Quantidade	30/06/2014
Condomínio	3	21	3	18
Crédito Imobiliário	560	11.788	603	11.968
Empréstimo Simples	23	126	21	97
Fundo de Apoio Moradia - FAM	2	80	4	74
Material de Construção	10	186	10	139
Poupança	61	724	59	658
Trabalhista	5	616	4	120
Outras	2	18	0	0
Total	666	13.559	704	13.074

Ações - Condomínio

Representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Representam pedidos revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Objeto das ações: diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

b.5. Valores transitórios - Sistema PEX –

Registram transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio líquido	5.019.366	4.657.860
Recursos de associados poupadores	4.304.095	4.062.504
Reservas de resultado	653.383	553.161
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.036)	(1.010)
Resultados acumulados	62.924	43.205

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

1º semestre		
	2015	2014
Depósitos de poupança	152.259	129.799
FGC	3.269	3.030
Total	155.528	132.829

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº 002/2001 limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

d. Resultados Acumulados

Representa o resultado auferido no encerramento do 1º semestre de 2015.

17 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados**a. Outras receitas operacionais**

1º semestre		
	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	2.688	1.526
Reversão de imposto de renda	760	732
Rendas de juros sobre capital próprio e dividendos	307	251
Reversão de provisões	7.471	78
Outras rendas	358	100
Total	11.584	2.687

b. Despesas de pessoal

1º semestre		
	2015	2014
Salários	26.363	19.468
Benefícios	5.226	4.200
Encargos sociais	12.907	8.572
Treinamentos/estagiários	591	537
Total	45.087	32.777

c. Outras despesas administrativas

1º semestre		
	2015	2014
Despesas de água	30	27
Despesas de aluguel	78	289
Despesas de comunicação	819	836
Despesas de manutenção e conservação de bens	909	670
Despesas de material	350	314
Despesas de processamento de dados	2.330	2.127
Despesas de promoções e relações públicas	872	506
Despesas de propaganda e publicidade	2.100	2.331
Despesas de publicações	148	119
Despesas de seguro	26	20
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.306	3.251
Despesas de serviços de terceiros	946	316
Despesas de serviços de vigilância e segurança	12	38
Despesas de serviços técnicos especializados	1.533	1.029
Despesas de transporte	212	185
Despesas de viagens	362	309
Despesas de condomínio	37	28
Despesas com uniformes	113	143
Despesas de copa e cozinha	151	153
Despesas de consignação	322	242
Despesas com assinaturas	40	32
Despesas de depreciação/amortização	3.661	2.448
Despesas de pequeno vulto	35	38
Outras	373	193
Total	18.765	15.644

d. Despesas tributárias

1º semestre		
	2015	2014
IPTU	26	20
ITBI	0	5
Imposto de renda	4.131	2.903
IOF	201	144
Taxas	44	35
ISS	91	83
COFINS	5.761	4.338
PIS	936	705
Atualizações de impostos e contribuições	1.170	1.199
Total	12.360	9.432

e. Outras despesas operacionais

1º semestre		
	2015	2014
Retomada de imóveis	838	424
Contribuições para associações	100	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2015
Em milhares de Reais
18 Transações com a gestora e outras partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855/80, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

A POUPEX não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No 1º semestre de 2015, o montante de ressarcimento foi de R\$ 91.493 (R\$ 67.201, no 1º semestre de 2014).

b. Depósitos - O passivo de curto prazo refere-se a depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou no 1º semestre de 2015 R\$ 4.098 (R\$ 6.005, no 1º semestre de 2014).

c. Cessão de Crédito – Financiamentos cessão de crédito – Referem-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 152.352 mil, no primeiro semestre de 2015. Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidos:

Contas patrimoniais

	30/06/2015				30/06/2014			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento	24.093	-	-	-	23.701	-	-	-
Folha de pessoal	21.942	-	-	-	21.780	-	-	-
Custo de processamento	2.151	-	-	-	1.921	-	-	-
Depósito especial	-	-	4.402	-	-	-	47.943	-
FHE	-	-	4.402	-	-	-	47.943	-
Total	24.093	-	4.402	-	23.701	-	47.943	-

Contas de resultado

	30/06/2015	30/06/2014
Ressarcimento pessoal	81.400	59.430
Ressarcimento TI	10.093	7.771
Encargos de captação	(4.098)	(6.005)

As transações com a entidade de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

19 Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPEX estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPEX - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria
- Renda de Aposentadoria por Invalidez
- Renda de Pensão por Morte
- Renda de Abono Anual

Atualmente as contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco são de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora. No entanto, conforme previsto no artigo 47 do Regulamento do Plano, os Participantes Ativos também são responsáveis pela cobertura dos benefícios de risco.

O Plano Misto de Benefícios POUPEX, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justos, estava assim configurado em 30/06/2015.

b. Hipóteses e parâmetros atuariais adotados

	30/06/2015	30/06/2014
(i) Considerações gerais sobre as premissas		
As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.		

	jun/15	abr/14
Base de dados cadastrais foi coletada em	Previdenciária	Previdenciária
Natureza dos benefícios	Patrocinador	Patrocinador
Responsabilidade pelo financiamento do plano	Participantes e Assistidos	Participantes e Assistidos

(ii) Financeiras

Taxa de juros de desconto atuarial anual	14,35%	11,43%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,95%	6,13%
Projeção de aumentos salariais médios anuais	4,58%	9,13%
Projeção de aumentos dos benefícios - média anual	4,58%	5,00%
Taxa de inflação média anual	7,93%	5,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	14,35%	11,43%

* Taxa de juros calculada com base na duration do plano 13,22 anos (Pontos).

(iii) Demográficas

Taxa de rotatividade	GAMA - ROT -EXP.POUPEX 2014	4%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	RP-2000 ¹¹	RP-2000 ¹¹
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M	RP-2000 Disable ²
	(Agravada em 100%)	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 ² / A Study Class 1 ² / N/A
Idade de Aposentadoria	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Composição familiar para custos de pensão*	Cadastro Individual	Cadastro Individual
Aposentados e Pensionistas	Mulher 3 anos mais nova que o marido	Mulher 3 anos mais nova que o marido
Participantes		

(iv) Principais hipóteses e parâmetros

Taxa de juros de desconto	14,35% a.a.	11,43% a.a.
Crescimento salarial	4,58% a.a.	9,13% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	RP-2000	RP-2000

c. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido

	30/06/2015	30/06/2014
Status do Plano de Benefícios		
Valor presente da obrigação atuarial	(34.862)	(25.406)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(34.862)	(25.406)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	57.303	51.524
Status do Plano de Benefícios: (Déficit) / Superávit	22.441	26.118
Efeito do teto do Ativo	(22.441)	(26.118)
Responsabilidade líquida decorrente da obrigação do plano de benefício	-	-
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
(Passivo) / Ativo reconhecido no início do período		
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	1.392	932
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.214)	(1.893)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	(178)	961
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	-
Apuração do efeito do teto do limite de ativo		
Valor presente dos benefícios econômicos	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo [Superávit] - Teto]	(22.441)	(26.118)

d. Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	30/06/2015	30/06/2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período*	(25.628)	(15.276)
Custo do serviço corrente	(1.214)	(1.893)
Custo de juros	(1.417)	(896)
Contribuições de participantes do plano (autopatrocinados)	-	-
Remensurações de ganhos/perdas atuariais	(955)	(7.896)
Decorrentes de ajustes de experiências	-	(13.566)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(6.451)	5.670
Diferenças decorrentes de alterações cambias	-	-
Custo do serviço passado	-	-
Benefícios pagos pelo plano	803	555
Combinação de negócios	-	-
Reduções	-	-
Liquidações	-	-
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(34.862)	(25.406)

DIRETORIA
ERON CARLOS MARQUES

Presidente

RICARDO BARBALHO LAMELLAS

Vice-Presidente

RICARDO JOSÉ ANDRADE LEITE VIENA

Diretor

CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO

Diretor

JOSÉ RICARDO KÜMMEL

Diretor

JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES

Diretor

CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO

Diretor

* Referente aos participantes e assistidos vinculados a empresa patrocinadora do plano.

e. Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

	30/06/2015	30/06/2014
Valor justo dos ativos do plano no início do período	43.529	44.728
Receita de juros	2.454	2.737
Ganhos / (Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	10.732	3.682
Outros ganhos / (perdas)	-	-
Combinação de negócios	-	-
Liquidações	-	-
Reduções	-	-
Contribuições do empregador	1.392	932
Contribuições do participante	-	-
Despesas administrativas pagas pelo Plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(803)	(555)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do período	57.304	51.524

f. Duration do Plano

A Duration do plano (considerando o fluxo de benefícios – Parte BD), foi calculada em 13,22 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados	Posição em 30/06/2015
Até 1 ano:	1.019
De 1 ano a 2 anos:	2.284
De 2 anos a 5 anos:	8.524
Acima de 5 anos:	139.915
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	151.742

g. Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrico		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 30/06/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	35.086	34.685	35.244	34.494	33.977	35.789	22.441
Valor justo dos ativos do plano	57.304	57.304	57.304	57.304	57.304	57.304	57.303
Superávit / (Déficit) técnico do plano	22.218	22.619	22.060	22.810	23.327	21.515	34.862

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observada alteração nos parâmetros de taxa de desconto de 14,35% (06/2015).

20 Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gestão de Riscos

Vinculada diretamente à Vice-presidência – VIPRE e segregada da Auditoria Interna e das demais Unidades Técnicas Administrativas – UTAs, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI é a responsável pelo gerenciamento dos riscos.

Para isso, a CORCI conta com uma equipe de analistas que trata dos riscos operacionais e financeiros (crédito, mercado e liquidez), atuando com o objetivo de certificar-se que medidas efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.

A POUPEX formaliza suas diretrizes em políticas e instruções normativas documentadas e divulgadas para toda a Instituição e são continuamente revisadas e aperfeiçoadas.

Todas as UTAs estabelecem instrumentos que permitem a mitigação dos riscos na sua área de atuação além de manter a CORCI informada quanto às operações e serviços sob sua gestão.

A Alta Administração é encarregada pela definição dos níveis de riscos aceitáveis pela Instituição, além de garantir instrumentos adequados à estrutura de gestão de risco para mensurar, avaliar e controlar os riscos, sendo o vice-presidente da POUPEX o diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Mercado, Crédito, Operacional e Gerenciamento de Capital.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos na POUPEX, acesse o site poupex.com.br <http://www.poupex.com.br/mostraPagina.asp?codServico=156>.

b. Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito é instituída com o objetivo de acompanhar a integridade de seus ativos e níveis adequados de riscos e perdas, bem como os resultados esperados dos negócios.

Tendo como base a missão e os valores da Instituição, além de gerenciar o nível de risco da carteira de financiamento imobiliário de forma adequada, a gestão de riscos disponibiliza informações à alta administração para o processo decisório.

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perda associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade de seus produtos e a dimensão da sua exposição a esse tipo de risco.

c. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

O gerenciamento do Risco de Mercado abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a este risco.

Os Fatores de Risco – FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas as variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M, além de juros prefixados e cupom de juros, que são calculados de acordo com as Circulares do BACEN Nº 3.361/07 e Nº 3.364/07, respectivamente. Assim, os principais Riscos de Mercado assumidos são em renda fixa.

Os modelos adotados e parametrizados no sistema para medição dos riscos seguem as orientações dadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio de Resoluções, Circulares e Cartas-circulares.

d. Risco de Liquidez

O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento da disponibilidade do mesmo. Além da realização periódica de testes de estresses.

O Plano de contingência estabelece as responsabilidades e os procedimentos para enfrentar situações adversas, sendo regularmente atualizado.

e. Risco Operacional

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional da POUPEX deve assegurar que os riscos que possam afetar os objetivos estratégicos da Instituição sejam identificados, avaliados e monitorados por indicadores.

A Instituição tem estabelecido uma Diretriz Geral da Presidência, em que detalha aspectos a serem observados pelo corpo funcional e pela Governança, havendo um Código de Ética que prevê a atuação de um Comitê de Ética, em que são delineados os limites de comportamento no ambiente interno.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas, fraudes externas, demandas trabalhistas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, falhas em sistemas de tecnologia da informação, dentre outros.

Além disso, a estrutura de gerenciamento de risco operacional deverá elaborar, com periodicidade mínima anual, relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle além de disseminar a política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados.

Há integração do Gerenciamento do Risco Operacional e o monitoramento conduzido pelo Sistema de Controles Internos.

f. Capital Regulatório

	30/06/15	30/06/14
Patrimônio de Referência (PR)		
Base de Cálculo - em	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I		
Capital Principal (CP)		
Reserva de Capital	653.383	553.161
Ajuste a Valor de Mercado*	(1.036)	-
Resultados acumulados	62.924	43.205
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Capital Complementar (CC)	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	715.271	596.366

* Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver perdas não realizadas. **BN: alínea "c", inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013.**

Índice de Basileia:

No Brasil, o Índice de Basileia é determinado pelo BACEN, que recomenda a relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados, referendada por regulamentação em vigor (– Ativo Ponderado por Risco - RWA). De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13 e Circular nº 3.678/13, o Índice de Basileia da Instituição é apresentado conforme a seguir:

Descrição	30/06/2015	30/06/2015
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia	17,87%	16,68%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EDSON LEAL PUJOL

Presidente

ERON CARLOS MARQUES

Vice-Presidente

RICARDO BARBALHO LAMELLAS

Secretário

SÍNTESE DA GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL - 1º SEMESTRE/2015

A sofisticação crescente do ambiente de negócios e a aplicação das melhores práticas corporativas tornaram obrigatória às empresas, inseridas no mercado, a adoção de uma política de gestão de riscos.

Diante dessa necessidade, a POUPEX como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) tem criado rotinas que visam identificar os riscos em diversos contextos operacionais e níveis hierárquicos, de forma contínua e sistemática.

Para isso, a CORCI conta com uma equipe de analistas que trata dos riscos operacionais e financeiros (crédito, mercado e liquidez), atuando com o objetivo de certificar-se que medidas efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.

Os procedimentos e os sistemas informatizados utilizados para o gerenciamento dos riscos, desenvolvidos com as ferramentas disponibilizadas pela Instituição, estão de acordo com a natureza das operações e complexidade dos produtos, conforme dimensão da exposição aos riscos, sem, contudo, deixar de observar a realidade do mercado. Por meio de atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, orientados pelas estratégias e necessidades organizacionais, a POUPEX objetiva manter uma base de capital consistente e superior ao mínimo exigido pelo regulador.

A metodologia adotada pela POUPEX na alocação de capital para risco operacional tem por alicerce o Método Básico, indicador que reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.

A estrutura da CORCI está diretamente subordinada ao Vice-presidente (VIPRE), sendo independente das Unidades Técnicas Administrativas (UTA) e da Auditoria Interna (AUDIT).

Por fim, a disseminação da cultura de gerenciamento dos riscos em toda a Instituição, a divulgação das Políticas (disponível na INTRANET), a descrição da estrutura de gerenciamento de capital e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, com apreciação da Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração, publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupe.com.br).

Brasília – DF, 6 de julho de 2015.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

RELATÓRIO SEMESTRAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº Parte “A” – Setor Militar Urbano – CEP 70.630-902 – Brasília - DF, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Semestral Resumido referente ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2015.

ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou várias reuniões referentes ao primeiro semestre de 2015, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação;
- c) Supervisionou as atividades da área de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos ;
- d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação;
- e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Associação para a elaboração de suas demonstrações financeiras;

O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do primeiro semestre findo em 30 de junho de 2015, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o primeiro semestre findo em 30 de junho de 2015.

Brasília, 17 de agosto de 2015

GEN. CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO
Membro do COAUD – Coordenador

RICARDO JOSÉ ANDRADE LEITE VIANA
Membro do COAUD

JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES
Membro do COAUD

JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO
Membro do COAUD

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 1º SEMESTRE/2015

No decorrer do primeiro semestre de 2015 a Instituição aperfeiçoou diversas ferramentas no tratamento das operações conduzidas pelas áreas operacionais, com ênfase para as automatizações que têm sido conduzidas por parceiros terceirizados, com vistas a ampliar o nível de segurança nas atividades.

A segurança mencionada é estabelecida e evidenciada de forma preventiva, considerando que nas tratativas que se realizam para tais implementações há participação integral e efetiva das áreas que formam o núcleo do Sistema de Controles Internos – SCI, já que agregam informações do contexto em que são realizadas as operações, inclusive com respectivos reflexos contábeis e fiscais correspondentes, entre outros.

Particularmente quanto à estrutura do SCI, a POUPEX manteve o núcleo atuando de forma integrada, tendo como objeto de estudo os processos e a forma de como são alimentados, sempre com o propósito de aperfeiçoar as tarefas e rotinas particulares de cada uma das áreas que detêm a responsabilidade por bem conduzi-las.

Manteve-se intacta a formação do núcleo do SCI, constituído pela Auditoria Interna – AUDIT, além da Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO, Ouvidoria – OUID e Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, que coordena as atividades e o monitoramento de dados, como também viabiliza as reuniões bimestrais para tratamento de assuntos que se apresentem imprescindíveis no contexto organizacional.

Na segregação de atividades previstas para as áreas que formam o núcleo do SCI, é imperioso destacar que as AUDIT, COGEO e OUID se responsabilizam pela realização de visitas *in loco* às áreas operacionais, sendo que as duas primeiras validam fluxos e operações, e a terceira busca dados para atendimento às demandas registradas pelos canais abertos pela Instituição.

A CORCI, nessa realidade, efetua monitoramentos pela utilização de ferramentas automatizadas e centraliza as informações produzidas pelos demais componentes do SCI acima citados, abstendo-se de frequentar presencialmente as Gerências de negócios.

O sentido mais acentuado da atuação do SCI está relacionado à proteção da transparência nas ações adotadas, principalmente como procedimento preventivo de validação das demonstrações financeiras, para onde são destinados os resultados gerais alcançados pelas áreas operacionais.

Brasília – DF, 6 de julho de 2015.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC SP206103/O-4